

AS 10. 210 Yes, nós temos petróleo DUK

MIGUEL IGNATIOS

Yes, nós temos petróleo”, ainda não, infelizmente, para dar e vender. Mas com uma produção média de um milhão e 300 mil barris diários, que cobre cerca de 75% do consumo, estimado em um milhão e 750 mil barris por dia, poderemos, em futuro não remoto, quem sabe, até mesmo entrar para o poderoso cartel da Opep.

Já vão longe os tempos em que os nacionalistas fizeram a campanha do “petróleo é nosso”, no bojo da qual acabou sendo criada a Petrobras. Na época, início da década de 50, os brasileiros estavam divididos entre os que acreditavam existir petróleo em nosso território e os que achavam mais fácil importá-lo.

Caprichosamente, a mesma geologia que nos deu muito pouco petróleo em terra foi generosa com as jazidas localizadas no mar, na plataforma continental, principalmente no Rio, na baía de Campos, que se estende até Santos, no sentido sul, e até o Espírito Santo, ao Norte.

A briga entre nacionalistas e os então chamados entreguistas acabou sem vencedor, pois, ironicamente, mister Walter Link, um consultor americano contratado pela Petrobras para avaliar as chances de o País vir a descobrir jazidas de petróleo, muito criticado na época, foi lacônico, em seu relatório final, mas acertou na mosca. “As melhores chances residem na plataforma continental”.

Duas décadas depois, em 1974, o governo brasileiro anunciava a descoberta da baía de Campos, que, hoje, responde por 70% da produção doméstica de óleo bruto.

Passados 26 anos, ao longo dos quais aconteceram dois choques do petróleo, a revolução islâmica, no Irã, e duas guerras no Oriente Médio, onde se concentram as maiores jazidas dessa estratégica matéria-prima, a recente alta nos preços internacionais, que quase chegaram a US\$ 40 o barril, pegou o Brasil em pleno ajuste fiscal, bem sucedido, apesar do alto custo social, e em plena retomada do crescimento sustentável.

Eventuais impactos negativos da elevação do preço do petróleo importado nos preços

internos e na balança comercial brasileira, não preocupam o governo neste último trimestre do ano. O quadro, todavia, poderá agravar-se no início de 2001, época do inverno e da primavera no hemisfério Norte, quando o consumo se eleva substancialmente em razão do aquecimento dos prédios.

Dependendo do novo patamar de preços que o petróleo alcançar, no primeiro semestre do próximo ano, o Brasil poderá aumentar a produção doméstica, antecipando a meta da auto-suficiência, prevista para 2005, ou substituir os atuais fornecedores dos 450 mil barris diários importados, hoje concentrados no Golfo Pérsico, por Argentina, Venezuela, México e Angola, economizando no preço do frete.

A questão que mais preocupa o governo, portanto, não é a do suprimento de óleo bruto.

Mas, a da fixação de preços para a gasolina e derivados, que entram na planilha de custos da agricultura, da indústria, dos transportes de carga e de massa e de toda a cadeia produtiva. Do preço da gasolina para o consumidor dependem o óleo diesel, essencial para o transporte, o gás liquefeito do petróleo (GLP), usado para cozinhar o álcool anidro (misturado à gasolina) e o hidratado, e, mais importante ainda, a nafta petroquímica.

É claro que a União participa como arrecadadora de impostos da comercialização de todos derivados, desde a refinaria até o posto de gasolina. Daí a necessidade de uma ação

conjunta da Petrobras e da Agência Nacional de Petróleo (ANP) na fixação dos preços para cada etapa da produção e da comercialização pois, além dos tributos, eles incluem também boa margem de subsídios. Caso contrário, poderemos ter greves e paralisações de caminhoneiros em todo o País, a exemplo do que já ocorreu na Europa.

Bom senso é o nome do jogo!

**A tecnologia
que nos deu
pouco óleo no
mar foi
generosa em
terra**

MIGUEL IGNATIOS é presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil e da Fundação Brasileira de Marketing